


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008753-21.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Carlos Alberto Caromano e outro**
 Embargado: **Cooperativa de Credito Rural e dos Pequenos Empreendedores do Vale do Mogi Guaçu - Sicoob Crediguaçu**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Carlos Alberto Caromano e Vania Alessandra Poli Caromano opõem embargos à execução que lhes move a **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Mogi Guaçu e Sudoeste Paulista – Sicoob Crediguaçu**. A execução diz respeito a dívida oriunda de um contrato de empréstimo. Sustentam os embargantes a existência de abusividade na cobrança de (a) multa de 2% (b) cobrança de juros de mora de 5% sobre o valor total.

Embargos recebidos sem efeito suspensivo, pp. 161.

Impugnação apresentada, pp. 167/174.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Observa-se que **o Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica em exame**, nos termos da Súm. nº 297 do STJ e da decisão proferida pelo STF na ADIn nº 2.591-1, não deixando de sê-lo apenas porque a embargada corresponde a uma cooperativa. Com efeito, é pacífica a jurisprudência do STJ "no sentido de que as cooperativas de crédito integram o sistema financeiro nacional, estando sujeita às normas do Código de Defesa do Consumidor" (AgInt no AREsp 906.114/PR, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, 4ªT, j. 06/10/2016).

Quanto às abusividades alegadas pelos embargantes, não lhes assiste razão.

A multa de 2% não é abusiva, muito pelo contrário; trata-se inclusive do limite previsto no CDC para multas moratórias, conforme art. 42, § 1º.

Os juros remuneratórios contratados, de 2% ao mês e 26.8242% ao ano, conforme Cláusula Segunda, pp. 53, não são excessivos.

A propósito, anota-se, de imediato, que os juros podem ser superiores a 12% ao ano, conforme disposto nas Súmulas nº 648 e 596, e na Súmula Vinculante nº 07, todas do STF, não havendo, portanto, norma constitucional ou legal que limite a taxa de juros remuneratórios em relação às instituições que integram o sistema financeiro nacional.

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ, confirmada no Resp nº 106.530/RS, j. 22/10/2008, precedente de suma importância porque processado como repetitivo.

A única ressalva se faz nos casos em que aplicável o CDC e nos quais fique comprovada a abusividade dos juros contratados, por colocarem o consumidor em desvantagem exagerada, nos termos do artigo 51, inciso IV, do diploma de regência.

No caso em tela, embora aplicável o CDC, verifico que a taxa de juros cobrada pela instituição financeira foi avisada previamente ao devedor, cumprindo-se a regra prevista no artigo 46 do CDC, bem como não se pode falar em taxa abusiva, pois os juros convencionados, comparados à taxa média de mercado, não podem ser considerados abusivos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Os juros moratórios, de seu turno, foram contratados em 1% ao mês, em conformidade com a Cláusula Terceira, pp. 53, ou seja, não são de 5% como dito pelos embargantes.

Tal fato é confirmável pela planilha que instruiu a execução, pp. 52.

Ante o exposto, **REJEITO** os embargos, **CONDENANDO** os embargantes em custas, despesas e honorários, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 1.000,00, montante que, atualizado a partir da presente data, deve ser acrescido ao da execução principal.

Int.

São Carlos, 23 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**